

Ministro da Educação quer proteger Fundef

Paulo Renato vai decidir se recorre à Justiça devido ao desvio de R\$ 27,4 milhões do Fundo, ocorrido no Governo Vitor Buaiz

MARIANA PERINI

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, disse que ficou sabendo, ontem, do desvio de R\$ 27,4 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) do Estado, realizado pela gestão do ex-governador Vitor Buaiz, no ano passado. Ele vai consultar a assessoria jurídica para decidir se recorre à Justiça, com o objetivo de alterar a resolução do Tribunal de Contas do Estado que estaria contrariando a lei que regulamenta o Fundef.

"Primeiro, vamos tentar mudar pelo convencimento", disse Paulo Renato, que na próxima semana se reúne com representantes de todos os TCEs do País para esclarecer a operação do Fundef.

O desvio de verba do Fundef foi denunciado ontem em encontro de representantes dos Conselhos Estaduais de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, reunidos pela primeira vez pelo Ministério da Educação, desde que o fundo passou a existir em todo o País, em 1998.

Na reunião, foi divulgado que o desvio ocorreu para o pagamento do

funcionalismo, de servidores do ensino médio (antigo 2º Grau) e aposentados, entre outras despesas irregulares. Porém, o atual secretário de Estado de Educação, Marcello de Souza Basílio, informou, ontem, que o dinheiro foi para o caixa único da Secretaria de Estado da Fazenda e não se sabe como foi gasto. "Não posso dizer onde o dinheiro foi investido. Só sei que não foi na Educação", declarou.

Os recursos do Fundef devem ser aplicados exclusivamente na Educação fundamental (antigo 1º Grau), mas o Tribunal de Contas do Estado (TCE) aprovou o empréstimo, exi-

gindo o aval da ex-secretária de Estado da Educação, Rosângela Luchi, e que o dinheiro fosse pago até o dia último útil do Governo anterior, o que não aconteceu.

O Estado recebeu, em 1998, R\$ 172 milhões do Governo federal para ser investido no Fundef. De acordo com Basílio, a princípio, a Sefa fez um empréstimo de R\$ 18,6 milhões. Os rendimentos da aplicação desse dinheiro resultou mais R\$ 1,6 milhão e, posteriormente, a Sefa deixou de repassar para a conta do Fundef R\$ 7,1 milhões, o que daria o total de 27,4 milhões. Depois que assumiu, o novo

secretário de Estado da Fazenda, José Carlos da Fonseca Júnior, já efetuou o pagamento de R\$ 6,3 milhões para a Secretaria de Estado de Educação (Sedu), mas ainda existe um débito de R\$ 21 milhões.

Criado por emenda constitucional, o fundo é formado por 15% da arrecadação dos Estados e municípios. Desse total, pelo menos 60% devem ser gastos com pessoal (da área de educação fundamental). O restante pode ser investido na manutenção das escolas.

O ex-secretário da Fazenda do Estado, Rogério Medeiros, negou à Agência Estado as acusações de des-

vio de verbas do Fundef. Ele disse que a verba do Fundo estava paralisada nas contas da Sedu, enquanto o Estado não tinha como honrar a folha de pagamento, que chegava a 87% da receita. "O Estado lançou mão dos recursos com autorização do Tribunal de Contas", defendeu-se. "Não fizemos a jogada com o caixa único, agimos oficialmente", declarou.

A assessoria de imprensa do TCE informou que se reunirá com o ministro Paulo Renato quando for possível e que mandará um representante do Estado na próxima semana para participar do encontro em Brasília.